



Fale com a News
31.99532-6787

Canal da Newness é nova opção de acesso a consultas e exames pelo Plano de Saúde

Para apoiar os(as) trabalhadores(as) e seus dependentes que estão enfrentando dificuldades com o plano de saúde, especialmente em algumas regiões do interior do estado, o Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais e a consultoria Newness lançaram uma solução exclusiva.

A partir de agora, quando não conseguir agendar consultas ou exames pela operadora Hapvida Notredame Intermédica, o(a) trabalhador(a) poderá contar com o canal "Fale com a News" para garantir o atendimento. Com essa iniciativa, o Sindicato reafirma seu compromisso em assegurar o acesso à saúde da categoria.

**Confira o passo a passo na Página 4*

RECESSOS 2024/25

SINDICATO

A sede do Sindicato estará fechada a partir das 12h de 20 de dezembro e retornará às atividades no dia 6 de janeiro de 2025.

CLUBE

O Clube dos Vigilantes fecha a partir do dia 15 de dezembro e reabre para os(as) frequentadores(as) na quinta-feira, 9 de janeiro de 2025.

FUTEBOL

O Torneio Início, que marca o começo da tradicional Pelada dos Vigilantes, será realizado no dia 1º de fevereiro de 2025.

LIVE SEMANAL

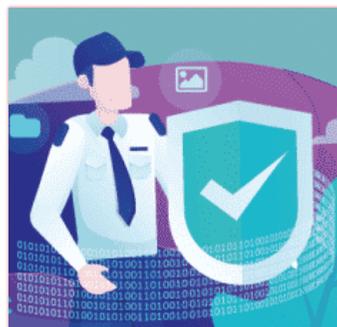
A última edição do programa Voz do Vigilante MG do ano será no dia 17 de dezembro; a live volta ao ar na terça-feira, dia 14 de janeiro de 2025.



Retorno da Aposentadoria Especial para o vigilante depende do avanço de ações na Justiça e no Congresso
(PÁGINA 2)



Monitoramento de Licitações: intervenções em editais buscam garantir empregos e corrigir irregularidades
(PÁGINA 2)



Combate à Clandestinidade e mais Empregos: os impactos do novo Estatuto da Segurança Privada
(PÁGINA 3)



De Olho no Patrão: Vigilante que trabalha em jornada 12x36 ou 44h/sem não pode ter contrato intermitente
(PÁGINA 4)



Feliz Natal
E UM EXCELENTE 2025

CELEBRANDO MAIS UM ANO DE DESAFIOS E VITÓRIAS, A DIRETORIA DESEJA A TODOS E TODAS BOAS FESTAS E UM PRÓSPERO ANO NOVO.

QUE 2025 TRAGA RECONHECIMENTO, VALORIZAÇÃO E AINDA MAIS UNIÃO PARA A NOSSA CATEGORIA.



SINDICATO
VIGILANTES
MINAS GERAIS

APOSENTADORIA ESPECIAL EM 2024: MOVIMENTAÇÕES NO STF E NA CÂMARA

O Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais, em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada (CONTRASP), intensifica esforços para restabelecer o direito à aposentadoria especial dos vigilantes. Movimentações no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Congresso Nacional em 2024 mostram avanços na luta para corrigir as injustiças da Reforma da Previdência de 2019, que retirou esse benefício essencial.

No STF, o **Tema 1209** discute o reconhecimento da atividade de vigilante como especial, abrangendo períodos anteriores e posteriores a 2019. Embora o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tenha decidido favoravelmente aos vigilantes, reconhecendo

a periculosidade como critério para a aposentadoria especial, o INSS recorreu, levando a questão ao STF. Em outubro, a CONTRASP solicitou ingresso como amicus curiae no julgamento, e a advogada Sálua Faisal Husein apresentou petição para pressionar pela definição de uma data de julgamento. O processo está em andamento, e a expectativa é pela apresentação do relatório do ministro relator Kassio Nunes Marques.

No Congresso, o Projeto de Lei Complementar 42/2023 (**PLP 42**) propõe eliminar a idade mínima para aposentadoria especial e reduzir os pontos necessários de 86 para 72, somando idade e tempo de contribuição. O texto também sugere alternativas para comprovar

periculosidade, reconhecendo o risco enfrentado diariamente pelos vigilantes. Em abril, o relatório foi aprovado na Comissão de Trabalho, mas o projeto ainda precisa passar por outras comissões antes de ser votado em plenário. O Sindicato segue mobilizado para pressionar pela aprovação.

Paralelamente, tramita no STF a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6309 (**ADI 6309**), que busca acabar com a idade mínima para aposentadoria especial e restaurar a conversão de tempo especial em comum. O julgamento, iniciado em março de 2023, está empatado em 2 a 2 e foi adiado após pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes. A decisão pode impactar diretamente o direito à aposentadoria es-

pecial dos vigilantes.

A advogada Carmem Sales, especialista em Direito Previdenciário e parceira do Sindicato, destaca que “as mudanças em discussão podem facilitar o acesso à aposentadoria especial, reconhecendo o risco e a dedicação dos vigilantes.” Ela ressalta a importância de os profissionais se manterem informados e mobilizados.

O Sindicato reafirma seu compromisso com a defesa da categoria e continuará acompanhando as ações no STF e no Congresso. “A participação de todos os vigilantes é fundamental para fortalecer nossa luta. Juntos, podemos pressionar as instituições e conquistar a justiça que merecemos”, declara Edilson Silva, presidente do Sindicato e da CONTRASP.

13º SALÁRIO

O pagamento do 13º salário em parcela única deve ser quitado integralmente até o dia 10 de dezembro.

Já nas empresas que preferem dividir o pagamento em duas vezes, a 1ª parcela precisa ser paga até o dia 30 de novembro; e a 2ª parcela até 20 de dezembro.

Vale lembrar que é na 2ª parcela que os trabalhadores recebem os reflexos do adicional noturno e das horas extras. Nela também são aplicados os descontos obrigatórios referentes ao INSS e ao Imposto de Renda.

No caso de alguma irregularidade, denuncie ao Sindicato pelo telefone: (31) 3270-1300.

MONITORAMENTO DE LICITAÇÕES ASSEGURA DIREITOS E AMPLIA POSTOS DE TRABALHO

O Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais intensificou, em 2024, o trabalho de monitoramento ativo de licitações e editais que envolvem serviços de segurança privada, em parceria com o escritório Teixeira & Dias. A iniciativa tem como objetivo proteger direitos e ampliar postos de trabalho para os vigilantes.

Entre os problemas combatidos estão a contratação de trabalhadores sem qualificação para funções exclusivas de vigilantes, jornadas em desacordo com a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e a retirada de benefícios como cesta básica, plano de saúde e outros.

Um exemplo foi a intervenção no edital do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), em Congonhas, que previa contratar apenas “equipes de apoio” (vigias e porteiros). Outra vitória ocorreu no edital do Banco do Brasil Lote 8, que previa jornada reduzida e tarefas fora das atribuições legais, como atender a disparos de alarmes fora do expediente.

O Sindicato também garantiu a contratação de 30 vigilantes em Piranguçu, 14 na Unifei (Itabira) e 8 no TRE (Governador Valadares). Com ações contínuas, reforça que a força da categoria depende da união dos trabalhadores, incentivando-os a denunciar irregularidades para proteger seus direitos.

DEPARTAMENTO JURÍDICO DO SINDICATO REALIZA MAIS DE 29 MIL ATENDIMENTOS EM 2024

O Departamento Jurídico do Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais teve uma atuação expressiva em 2024, reafirmando seu compromisso com a categoria. Ao todo, foram realizados **29.206 atendimentos**, sendo 1.201 presenciais e 28.005 remotos, garantindo acesso abrangente ao apoio jurídico.

Ações Trabalhistas - Foram ajuizadas 169 novas ações trabalhistas, das quais 31 foram coletivas, representando os interesses da categoria como um todo, e 138 individuais, para assegurar os direitos de trabalhadores que tiveram problemas específicos. Essas ações refletem o compromisso do Sindicato com a luta pela justiça no ambiente de trabalho.

Audiências e Mediações - Aconteceram 330 audiências na Justiça do Trabalho e no Tribunal Regional do Trabalho, além de 83 mediações junto ao Ministério do Trabalho. Essas atividades buscaram tanto resolver conflitos administrativos quanto

para garantir o cumprimento de direitos dos trabalhadores.

Homologações - Em defesa da aplicação de nossa Convenção Coletiva de Trabalho, o Sindicato realizou 6.439 homologações, na sede ou por meios remotos. O suporte jurídico durante o processo de rescisão é fundamental para identificar e corrigir possíveis irregularidades e para proteger os direitos dos trabalhadores.

Área Cível - Além da assistência trabalhista, o Departamento Jurídico prestou suporte na área cível, com 27 novas ações ajuizadas, 60 audiências realizadas e a elaboração de 17 contratos extrajudiciais. Esses serviços reforçam a segurança jurídica dos vigilantes associados.

A atuação em 2024 reafirma o papel do Sindicato como defensor incansável dos direitos dos vigilantes, promovendo justiça e garantindo que a categoria seja respeitada e valorizada em todos os âmbitos.

REGULAMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA: GERAÇÃO DE EMPREGOS E VALORIZAÇÃO DO VIGILANTE

O Estatuto da Segurança Privada (Lei nº 14.967 de 2024), sancionado em 9 de setembro de 2024, marca um novo capítulo na história da segurança privada no Brasil. Após mais de uma década de tramitação e debates, a lei visa modernizar e profissionalizar o setor, com foco na valorização do vigilante e na geração de milhares de novas oportunidades de emprego.

A nova lei e sua regulamentação representam um avanço significativo para a categoria, mas é fundamental que os sindicatos e os próprios vigilantes acompanhem esse processo para garantir que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados e que a lei atenda às necessidades da categoria.

**Combate à Clandestini-
dade** - O Estatuto intensifica o combate à vigilância clandestina, que representa risco para a sociedade e desvaloriza a profissão. A lei define como crime a prestação de serviços de segurança privada sem

autorização, com penas que incluem multa, fechamento da empresa e até três anos de prisão. O Estatuto também fortalece o papel da Polícia Federal na fiscalização e punição de empresas irregulares.

Geração de Empregos - A expectativa é que o Estatuto gere milhares de novas vagas de emprego no setor de segurança privada, impulsionadas pela regulamentação de novas áreas de atuação e pelo combate a práticas ilegais e à vigilância clandestina.

Estima-se que o número de vigilantes legalizados no Brasil pode passar de um milhão. Somente em Minas Gerais, com a regulamentação da segurança em cooperativas de crédito, por exemplo, pode gerar mais de 6.800 novas vagas de emprego.

Atuação - O Estatuto amplia o escopo de atuação dos vigilantes. Agora são treze serviços, abrangendo diversas atividades além da tradicional segurança patrimonial.

Condomínios - A contratação de vigilantes para condomínios passa a ser regulamentada pela Polícia Federal, combatendo a contratação de empresas clandestinas e garantindo a segurança dos moradores.

Eventos: O Estatuto define regras para a contratação de vigilantes para eventos, com a obrigatoriedade de um projeto de segurança que inclua a estimativa de público, descrição da quantidade de vigilantes, análise de risco, tipo de evento, localização, pontos de entrada e saída.

Regulamentação - A Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada (CONTRASP) apresentou 24 propostas para assegurar que a lei atenda às necessidades da categoria.

Entre elas estão a modernização do armamento utilizado pelos vigilantes, a inclusão de calibres mais modernos, como .40 e 9 mm, e a garantia do uso de coletes balísticos em todas as atividades.

Cooperativas de Crédito - A obrigatoriedade de contratação de pelo menos dois vigilantes por cooperativa de crédito, mesmo em municípios com menos de 20 mil habitantes, é um dos pontos defendidos pela CONTRASP.

Segurança nas Empresas e Escolas de Formação - A CONTRASP também defende a obrigatoriedade de vigilância patrimonial ininterrupta nas empresas de segurança privadas e nas escolas de formação, com um número mínimo de vigilantes para garantir a segurança do local e das pessoas, uma vez que são locais onde estão armazenadas armas e munições.

Treinamento Anual com Arma de Fogo: A CONTRASP quer tornar obrigatório o treinamento anual de manuseio de arma de fogo e tiro, custeado pelo empregador.

Curso de Formação - Em paralelo ao Estatuto, a Portaria 16 da Polícia Federal estabelece novas regras para os cursos de formação de vigilantes.

A carga horária do curso de formação aumenta para 200 horas/aula. O curso de atualização (antiga "reciclagem") continua a cada 2 anos, com carga horária total de 50 horas/aula, com limite máximo de 10 horas/aula por dia.

Simuladores de Tiro - O uso de simuladores de tiro passa a ser opcional.

Metodologia - As escolas de formação devem adotar metodologias mais dinâmicas, que estimulem a prática e a participação ativa dos alunos.

Disciplinas - O conteúdo dos cursos foi atualizado e está mais abrangente, com foco na atuação preventiva e proativa do vigilante. As disciplinas incluem noções de segurança privada, direitos humanos, defesa pessoal, armamento e tiro, combate a incêndio, uso de equipamentos de comunicação e segurança eletrônica, entre outros.

Dedicação: Para ser aprovado, o vigilante precisa ter 90% de frequência nas aulas.

EMPRESAS DE SEGURANÇA DEVEM GARANTIR FUNDO MÍNIMO PARA PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS

Uma das importantes inovações trazidas pelo Estatuto da Segurança Privada é a exigência de um aporte mínimo financeiro maior na constituição das empresas do setor.

Essa medida tem como objetivo proteger os trabalhadores, garantindo que elas tenham recursos suficientes para o pagamento de verbas rescisórias e outros direitos dos trabalhadores em caso de encerramento das atividades ou de desligamentos de empregados.

Com a nova regra, empresas de segurança privada deverão comprovar

capacidade financeira mais robusta no momento de sua criação e na renovação de licenças junto à Polícia Federal. Essa garantia reforça a segurança jurídica dos trabalhadores e minimiza o risco de inadimplência quando ocorrem situações de dificuldade financeira nas empresas.

Essa mudança reflete um avanço importante na regulamentação do setor, colocando os direitos trabalhistas no centro das preocupações e criando um ambiente mais estável e transparente para todos os envolvidos.

EM DEFESA DOS TRABALHADORES

O Sindicato trabalha para reafirmar seu compromisso com a categoria e destaca que a aprovação do Estatuto é apenas o início de uma nova etapa para a segurança privada no Brasil. "Nossa luta agora é para que a regulamentação beneficie diretamente os vigilantes, garantindo condições justas de trabalho e valorização profissional", afirma Edilson

Silva, presidente do Sindicato e da CONTRASP.

A entidade segue acompanhando os desdobramentos e convida todos os trabalhadores a participarem das discussões e assembleias. A união da categoria é fundamental para consolidar as conquistas e lutar por novos avanços que garantam dignidade e respeito aos profissionais de segurança privada

NEWNESS E SINDICATO OFERECEM CANAL DE APOIO PARA AMPLIAR ACESSO A CONSULTAS E EXAMES PELO PLANO DE SAÚDE

Para resolver os desafios enfrentados por vigilantes na marcação de consultas e exames pelo plano de saúde, o Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais, em parceria com a **Newness**, lançou uma nova solução pelo canal exclusivo de apoio ao trabalhador.



COMO FUNCIONA

Desde que a **Hapvida Notredame Intermédica** assumiu o plano de saúde da categoria, alguns trabalhadores, principalmente do interior, têm encontrado dificuldades para realizar atendimentos de saúde devido à falta de rede credenciada em algumas regiões.

Com a nova iniciativa, o trabalhador que não conseguir agendar uma consulta ou exame pode contar com o canal “*Fale com a News*” para registrar a demanda e assegurar que o atendimento aconteça.

1- Agende primeiro pela operadora: Utilize o aplicativo ou central de atendimento da Hapvida Notredame Intermédica para tentar agendar a consulta ou exame e, se possível, anote o protocolo de atendimento.

2- Informe a Newness: Caso não consiga o atendimento pela operadora, envie uma mensagem de texto para o **Fale com a News (31.99532-6787)**, informe a demanda e o protocolo, se tiver.

3- Aguarde o prazo da ANS: Após o registro, é necessário

aguardar o prazo de atendimento da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS (ao lado).

4- Informe seu agendamento: Passado o prazo, se o atendimento pela rede credenciada ainda não for possível, o trabalhador poderá agendar diretamente com um médico ou clínica de sua preferência. Em seguida, é necessário comunicar o agendamento à Newness para o devido pagamento.

Não Faça Pagamentos. É fundamental que o vigilante não pague nada antecipado pelo atendimento.

Com essa iniciativa, o Sindicato reforça seu compromisso com a saúde e o bem-estar da categoria, garantindo que trabalhadores em todas as regiões possam contar com atendimento de saúde.

SERVIÇOS <small>(Fonte: ans.gov.br)</small>	PRAZO MÁXIMO <small>(DIAS ÚTEIS)</small>
Consultas básicas: clínica médica, pediatria, cirurgia geral, ginecologia e obstetrícia	7 (sete)
Consultas nas demais especialidades	14 (catorze)
Exames e serviços de diagnóstico por laboratório de análises clínicas	3 (três)
Demais serviços de diagnóstico e terapia em regime ambulatorial	10 (dez)
Atendimento em hospital-dia	10 (dez)
Atendimento em regime de internação eletiva	21 (vinte e um)
Procedimentos de alta complexidade (PAC)	21 (vinte e um)
Consulta e procedimentos realizados em consultório / clínica com cirurgião-dentista	7 (sete)
Consulta / sessão com especialidades não médicas (fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, nutricionista, terapia ocupacional)	10 (dez)
Urgência e emergência	Imediato

DIA A DIA DA CATEGORIA



De olho no patrão!

MASTER É ADVERTIDA POR USAR INTERMITENTES EM JORNADAS PREESTABELECIDAS

Não é de hoje que o Sindicato adverte a Master Vigilância sobre a utilização de vigilantes com contrato intermitente em jornadas preestabelecidas (12x36 ou 44h/semana), o que não é permitido por lei e nem pela Convenção Coletiva. Após várias reuniões sobre a questão, acreditou-se que tudo estaria resolvido. No entanto, em fiscalização recente no setor Sada Transportes, mais uma vez, foi identificada a mesma irregularidade. Após a Master não comparecer a reunião solicitada pelo Sindicato, foi agendada mediação no Ministério do Trabalho com a empresa e o setor contratante.

ESSENCIAL / CESTAS BÁSICAS

Trabalhadores contratados como horistas denunciaram a Essencial Segurança por não ter carregado o Cartão Cesta Básica referente a agosto, primeiro mês de contrato.

Após não comparecer a duas reuniões, o jurídico do Sindicato recorreu a uma mediação no Ministério do Trabalho, agendada para 22/11, a fim de resolver a pendência.

GUARDSEG / CORREIOS

Vigilantes que atuam na segurança das provas do Enem, em unidades dos Correios, denunciaram que não receberam o valor correto pelo trabalho prestado.

O Sindicato, após pedir os comprovantes de pagamento e confirmar a irregularidade, agendou mediação no Ministério do Trabalho para tentar solucionar o problema.

GRABER / PLANO DE SAÚDE

Após análise de contracheques, o Sindicato confirmou denúncias de desconto a mais no plano de saúde e também de pagamento a menor no adicional noturno dos trabalhadores.

Em reunião, a empresa não apresentou justificativas para as irregularidades. Diante disso, foi solicitada mediação no Ministério do Trabalho.

G4S VANGUARDA / CESTAS BÁSICAS

Trabalhadores denunciaram a G4S por descontos indevidos, de cerca de 20% no vencimento dos trabalhadores, relativos às cestas básicas.

Em reunião administrativa, a empresa acolheu as denúncias e pediu prazo para analisá-las. Nova reunião já está marcada com a G4S a fim de dar andamento à solução dessas pendências.

RECESSO DO JUDICIÁRIO:

20 DEZ até 20 JAN 2025

Conforme a legislação que rege o funcionamento da Justiça, tanto o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), bem como o Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais estarão em recesso forense a partir do dia 20 de dezembro de 2024 até o 20 de janeiro de 2025.

Neste período, haverá suspensão no atendimento e no expediente da Justiça mineira. Estarão suspensos também os prazos processuais, publicação de acórdãos, sentenças e decisões e a intimação das partes e dos advogados.

O Departamento Jurídico do Sindicato dos Vigilantes de MG atende nas manhãs de segunda a sexta, das 8h às 12h, na Sede da entidade, localizada no Centro de BH, e pelo telefone (31) 3270-1334.